

Relatório mostra que CEF favoreceu Fiúza

BRASÍLIA — O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), membro da CPI da máfia do Orçamento, recebeu ontem sindicância interna da Caixa Econômica Federal (CEF), na qual o ex-presidente da institui-



ção Álvaro Mendonça é acusado de crime de corrupção passiva e mais seis irregularidades administrativas. A sindicância refere-se ao papel de Álvaro Mendonça na concessão e rolagem de um empréstimo à Agro-Industrial Jaçanã (Usina Bititinga), da família do deputado e ex-ministro Ricardo Fiúza (PFL-PE). O não

pagamento dessa dívida levará o deputado Fiúza a ter seu nome incluído no relatório da CPI pelo deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

De acordo com a sindicância — encerrada no dia 22 de outubro — em pelo menos duas ocasiões Álvaro Mendonça, ainda na condição de Diretor de Ope-

rações da CEF em Brasília, determinou por telefone rolagens que favoreceram a empresa da família Fiúza. Numa dessas ocasiões, em 1981, Mendonça mencionou a concordância do então presidente da CEF, Lafaiete Torres.

Oito operações de rolagem e créditos suplementares ao em-

préstimo inicial, concedido em 21 de janeiro de 1991, somavam, no dia 30 de agosto, cerca de US\$ 4,5 milhões, segundo o relatório da sindicância assinado por três funcionários da CEF — José Carlos de Castro, Reinaldo Chiquetti e Silvio Figueiredo.

De acordo com a sindicância, a empresa da família Fiúza não

poderia receber créditos desde o início, por ter incorrido em “protestos, negativação do SPC e devolução de cheques”. Além disso, as operações eram feitas sem garantias reais. Uma das operações, no valor de US\$ 150 mil, foi autorizada por Mendonça por telefone em 24 de maio de 1992.